PREFEITA DE OLINDA É NOTIFICADA PELO TCE E GESTÃO VOLTA A SER ALVO DE CRÍTICAS POR FALTA DE TRANSPARÊNCIA PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 08 • Sábado, 25 de abril de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

PERNAMBUCO É O 3º ESTADO DO NORDESTE COM MAIS CASOS DE MENINGITE EM 2026 E MANTÉM CENÁRIO DE ALERTA PÁG. 2



FOTO DIVULGAÇÃO



Governadora Raquel Lyra destaca que aprovação da LOA é vitória de Pernambuco PÁG. 3

FOTO DIVULGAÇÃO



Governadora Raquel Lyra e ministro George Santoro entregam duplicação da BR-104 PÁG. 3

ARTIGOS



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Democracia contemporânea PÁG. 5



POR DYOGO BASTOS
JORNALISTA

Um pernambucano recifense na Rocinha: entre becos, morros e reflexões sobre as comunidades do Recife PÁG. 5

Alepe libera 20% de remanejamento na LOA 2026 e põe fim a impasse que travava recursos em Pernambuco PÁG. 2



Insegurança e sujeira afastam consumidores do Centro do Recife PÁG. 4

Correios fecham 2025 com prejuízo recorde de R$ 8,5 bilhões e aprofundam crise financeira PÁG. 3



Anvisa amplia uso de medicamento e autoriza tirzepatida para jovens com diabetes tipo 2 PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO

Pernambuco é o 3º estado do Nordeste com mais casos de meningite em 2026 e mantém cenário de alerta

FOTO DIVULGAÇÃO



Pernambuco ocupa a terceira posição no ranking de casos de meningite no Nordeste em 2026, segundo dados atualizados do Ministério da Saúde. Até o início de abril, o estado contabilizou 68 casos confirmados, ficando atrás da Bahia, com 84 registros, e do Ceará, com 81. Apesar de não liderar mais o ranking, o volume de casos mantém autoridades em alerta diante da capacidade de agravamento da doença, especialmente em grupos mais vulneráveis.

O cenário atual representa uma mudança em relação aos primeiros meses do ano, quando Pernambuco chegou a liderar o número de casos na região. A queda para a terceira posição não reduz a preocupação, já que ainda há 67 casos em investigação, o que pode alterar novamente a posição do estado nas próximas atualizações epidemiológicas.

Do total de ocorrências confirmadas, 21 são de meningite viral, geralmente considerada menos grave, e 12 casos são de meningite bacteriana, forma mais severa da doença e com maior risco de complicações e morte. Outros 35 casos foram classificados como não especificados, o que indica dificuldade na identificação do agente causador em parte das notificações.

A distribuição por faixa etária revela maior impacto entre os extremos de idade. Bebês com menos de um ano concentram 13 casos, sendo o grupo mais afetado, seguidos por idosos, com nove registros. Especialistas apontam que essas faixas etárias possuem maior vulnerabilidade imunológica, o que aumenta o risco de evolução grave da doença.

No cenário nacional, Pernambuco aparece na 10ª posição em número absoluto de casos, em um ranking liderado por São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Ainda assim, o estado segue como um dos principais focos da doença no Nordeste, região que historicamente registra incidência relevante de meningite.

Apesar da posição elevada, os dados mostram uma queda significativa em relação aos anos anteriores. No primeiro trimestre de 2025, Pernambuco registrou 124 casos, enquanto em 2024 foram 155 ocorrências no mesmo período. Em 2026, o número caiu para 68, representando uma redução superior a 45% na comparação anual. A diminuição é atribuída, em parte, ao avanço da vacinação e às ações de vigilância epidemiológica.

Mesmo com a redução, o cenário ainda é considerado de atenção. A meningite é uma inflamação das membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal e pode evoluir rapidamente, especialmente nos casos bacterianos. Sintomas como febre alta, dor de cabeça intensa, vômitos, rigidez no pescoço e sensibilidade à luz exigem atendimento médico imediato.

Casos recentes, incluindo mortes registradas na Região Metropolitana, reforçam a preocupação das autoridades e evidenciam que, apesar da queda nos números, a doença continua representando risco à população. A circulação de diferentes tipos de meningite também dificulta o controle total da enfermidade.

A principal forma de prevenção segue sendo a vacinação, disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde, além de medidas como higiene frequente das mãos, evitar compartilhamento de objetos pessoais e atenção a ambientes com grande circulação de pessoas.

Diante desse cenário, Pernambuco permanece em estado de vigilância, com monitoramento contínuo dos casos e reforço nas ações de prevenção, enquanto autoridades de saúde alertam para a importância do diagnóstico precoce e da busca imediata por atendimento diante dos primeiros sintomas.

Alepe libera 20% de remanejamento na LOA 2026 e põe fim a impasse que travava recursos em Pernambuco

DIVULGAÇÃO



A Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou a alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, elevando para até 20% o limite de remanejamento de recursos pelo governo do estado. A decisão encerra um impasse político que vinha travando a execução do orçamento e afetando repasses e investimentos em Pernambuco.

A mudança restabelece a margem de manobra do Executivo para ajustar despesas ao longo do ano sem necessidade de autorização prévia do Legislativo a cada alteração. Até então, o percentual estava limitado a 10%, o que, na prática, dificultava a gestão orçamentária e gerava pressão de prefeitos e setores da administração pública.

O impasse em torno da LOA vinha se arrastando desde o início do ano, com divergências entre governo e deputados sobre o nível de controle do orçamento. A ampliação para 20% era defendida pelo Executivo como essencial para garantir a execução de políticas públicas e destravar convênios com municípios.

Nos bastidores, a pressão de gestores municipais teve peso decisivo para o desfecho. Prefeitos alegavam que a falta de definição sobre o remanejamento comprometia transferências voluntárias e investimentos, sobretudo diante do calendário eleitoral, que impõe prazos para liberação de recursos.

Com a aprovação, o governo ganha maior flexibilidade para redistribuir verbas entre áreas como saúde, educação e infraestrutura, conforme a necessidade ao longo do exercício fiscal. Por outro lado, o tema também expõe o embate político entre os poderes sobre o controle e a execução do orçamento estadual.

A LOA é o principal instrumento de planejamento financeiro do estado e define como os recursos públicos serão aplicados ao longo do ano. A alteração aprovada pela Alepe tende a normalizar a execução orçamentária e reduzir os entraves administrativos que vinham sendo registrados nos primeiros meses de 2026.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

INSS amplia para 90 dias prazo do auxílio por incapacidade temporária e tenta reduzir fila de perícias



O Instituto Nacional do Seguro Social ampliou o prazo de concessão do auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, que agora pode chegar a até 90 dias em casos analisados sem perícia presencial. A mudança faz parte de um novo modelo adotado pelo governo federal para acelerar a análise de pedidos e reduzir a fila de atendimento.

Antes, o benefício concedido por meio do sistema digital tinha duração máxima de 60 dias. Com a nova regra, o período foi estendido em até um mês, permitindo que o segurado permaneça afastado por mais tempo sem a necessidade imediata de avaliação presencial.

A ampliação ocorre dentro do chamado "Atestmed", modelo que permite a concessão do benefício com base apenas em documentos médicos enviados pelo segurado. A medida busca dar mais agilidade ao processo e diminuir a dependência de perícias presenciais, consideradas um dos principais gargalos do sistema previdenciário.

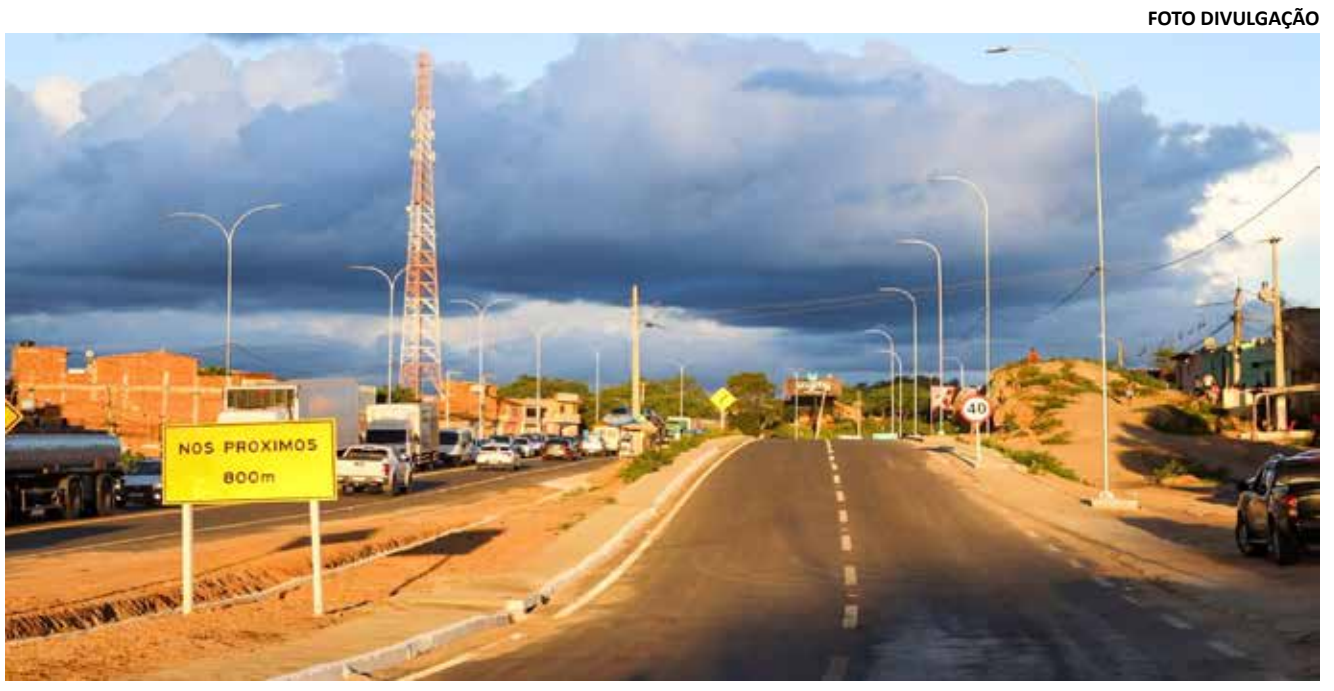
Segundo o governo, a expectativa é reduzir em até 10% a demanda por perícias médicas presenciais e ampliar o alcance do benefício para mais de 500 mil segurados por ano, que poderão ter o pedido analisado de forma mais rápida.

Apesar da flexibilização, o INSS mantém a exigência de perícia presencial em caso de prorrogação do benefício. Ou seja, se o trabalhador não estiver apto a retornar às atividades após os 90 dias, será necessário passar por avaliação médica para continuar recebendo o auxílio.

O auxílio por incapacidade temporária é pago a segurados que comprovam impossibilidade de trabalhar por motivo de doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. Com a mudança, o governo tenta acelerar o acesso ao benefício e reduzir o tempo de espera enfrentado por milhares de brasileiros que dependem da renda previdenciária durante o período de afastamento.

Governadora Raquel Lyra e ministro George Santoro entregam duplicação da BR-104, obra aguardada há 10 anos pelo Polo de Confecções

FOTO DIVULGAÇÃO



A governadora Raquel Lyra entregou, nesta quinta-feira (23), ao lado do ministro dos Transportes, George Santoro, a obra de duplicação e restauração da BR-104, no Agreste Central. Depois de dez anos de espera, a população pode contar com mais segurança e fluidez no trecho que possui mais de 13 quilômetros e contempla o entroncamento com a PE-160 — no distrito de Pão de Açúcar, em Taquaritinga do Norte — e a Vila Canaã, em Caruaru, além de conectar outros municípios do Polo de Confecções, como Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. O investimento foi superior a R$ 134 milhões. Também nesta quinta (23), foram entregues as chaves da casa própria a 123 famílias moradoras do condomínio Quinta das Baraúnas (etapa 3), em Caruaru, em mais uma ação que prioriza a habitação social no Estado. A vice-governadora Priscila Krause também participou da entrega das chaves no evento.

"Muito aguardada pela população, inauguramos hoje a duplicação desta via tão importante que é a BR-104 no trecho entre Caruaru e Toritama. Essa era uma demanda histórica e estratégica para a mobilidade e o desenvolvimento econômico do Agreste. Além disso, entregamos aqui 123 chaves para que famílias possam realizar o sonho da casa própria. Isso é fruto de uma forte parceria entre o Governo do Estado e o governo federal. Em Pernambuco, mais de 22 mil pessoas já realizaram sua aquisição. E assim seguimos em busca de melhores condições para o nosso povo pernambucano", declarou a governadora Raquel Lyra.

A intervenção na BR-104 incluiu a duplicação da via e a requalificação da infraestrutura, com serviços de pavimentação, drenagem e sinalização. As melhorias garantem mais segurança viária e melhores condições de tráfego.

O ministro dos Transportes, George Santoro, destacou a melhoria na trafegabilidade com esta entrega. "O povo pernambucano está em festa. Este projeto foi essencial para melhorar a vida das pessoas e dar condições para os empreendedores se desenvolverem em sua terra", disse.

A expectativa é de que a obra fortaleça o escoamento da produção do Polo de Confecções, reduza custos logísticos e contribua para a integração regional, atendendo a uma antiga demanda da população e do setor produtivo. "A duplicação da BR-104 é uma obra bastante esperada, principalmente pelo Polo de Confecções do Agreste, o segundo maior polo do segmento no Brasil. Estamos falando de uma estrada que, além de garantir segurança viária, vai trazer desenvolvimento econômico diretamente para todo o interior", afirmou o secretário da Semobi, Pedro Neves.

A entrega faz parte do programa PE na Estrada, iniciativa do Governo de Pernambuco que já restaurou mais de 1,5 mil quilômetros de rodovias em todo o Estado, com investimento superior a R$ 7 bilhões, ampliando a infraestrutura viária e garantindo mais segurança e mobilidade para a população.

Também nesta quinta (23), a governadora Raquel Lyra entregou as chaves a 123 famílias que passam a morar no residencial Quinta das Baraúnas, em Caruaru. O empreendimento da construtora Hexagonal contou com incentivo do programa Morar Bem PE – Entrada Garantida, que disponibiliza até R$ 20 mil para quem ganha até dois salários mínimos.

As residências possuem 49,38 m² de área construída, com dois quartos, sala, banheiro com suíte reversível, sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água fornecidos pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), suprimento de energia elétrica licenciado pela Neoenergia, pavimentação em piso intertravado e sistemas de drenagem superficial e subsuperficial.

O programa tem sido responsável por aquecer o mercado imobiliário do Estado, gerando mais empregos diretos e indiretos, sobretudo na construção civil, movimentando mais de R$ 2 bilhões por ano. O residencial Quinta das Baraúnas (etapa 3) conta com 464 unidades habitacionais, sendo 123 delas financiadas com subsídio do programa Morar Bem PE.

Governadora Raquel Lyra destaca que aprovação da LOA é vitória de Pernambuco



"Pernambuco comemora uma grande vitória que não tem bandeira, nem cor partidária. Ela pertence a todos os pernambucanos. Depois de 115 dias protocolados, a LOA, encaminhada pelo Governo de Pernambuco, foi totalmente aprovada na Alepe", afirmou a governadora Raquel Lyra, nesta quinta-feira (23), após aprovação pela Assembleia Legislativa do Projeto de Lei do Executivo nº 4035/2026, que estabelece um patamar de 20% de remanejamento para os recursos definidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA). A gestora também garantiu que sancionará o texto assim que ele for enviado ao Palácio do Campo das Princesas pela Alepe.

A governadora disse, ainda, que a aprovação dos recursos possibilitará que uma série de investimentos seja executada em todas as regiões. "Agora, o Estado vai iniciar obras estruturadoras, fortalecer a saúde, ampliar a educação, reforçar a segurança e fazer as ações chegarem onde precisam: na vida da população. Agradeço aos nossos deputados estaduais e prefeitos, em nome da Amupe, por essa conquista", detalhou a chefe do Executivo Estadual.

Com a capacidade de remanejamento de 20%, prática que é praxe no Estado, a gestão conta com mais flexibilidade orçamentária para atender a demandas urgentes de acordo com as necessidades dos diferentes setores da sociedade, se antevendo a possíveis problemas e garantindo mais assertividade na aplicação dos recursos públicos. Além disso, o PL 4035/2026 permite que o Estado realize operações de crédito por antecipação da receita relativamente ao Orçamento Fiscal até o limite de 15% da receita corrente estimada

"É muito importante esse compromisso da Assembleia Legislativa, inclusive com a presença de deputados de oposição, pela aprovação plena do Orçamento. Pernambuco era a única Unidade Federativa do Brasil que ainda não tinha aprovado a lei, prejudicando também as prefeituras, que muitas vezes atendem à população na ponta. Agora, com a lei aprovada, seguiremos trabalhando do Litoral ao Sertão, com ainda mais vontade, porque quem tem pressa é o povo pernambucano", completou a gestora.

Correios fecham 2025 com prejuízo recorde de R$ 8,5 bilhões e aprofundam crise financeira



Os Correios encerraram 2025 com um prejuízo de R$ 8,5 bilhões, resultado que mais do que triplica as perdas registradas em 2024, quando a estatal havia fechado o ano com déficit de R$ 2,6 bilhões. O número representa um dos piores resultados da história recente da empresa e reacende o debate sobre a sustentabilidade financeira da companhia, que já enfrenta sucessivos anos de dificuldades operacionais e fiscais.

O rombo bilionário ocorre em meio à queda de receitas, aumento expressivo de passivos judiciais e dificuldades para manter a capacidade de investimento. Segundo a própria empresa, o principal fator para o resultado negativo foi o impacto das obrigações na Justiça. Apenas os passivos judiciais somaram cerca de R$ 6,4 bilhões, com destaque para ações trabalhistas envolvendo o pagamento do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta Externa (AADC), além de processos relacionados ao adicional de periculosidade e outras demandas acumuladas ao longo de anos.

A direção dos Correios afirma que parte dessas dívidas é resultado de decisões e passivos herdados de gestões anteriores, mas o efeito imediato recai sobre a atual situação financeira da estatal, que enfrenta dificuldade crescente para manter o fluxo de caixa e honrar compromissos operacionais.

Outro fator que agravou o cenário foi a queda na arrecadação. A receita bruta da empresa recuou 11,35%, fechando o ano em R$ 17,3 bilhões. A principal explicação está na redução do volume de encomendas internacionais, especialmente após mudanças nas regras de importação e tributação de compras de baixo valor vindas do exterior. Esse segmento vinha sendo uma das maiores fontes de receita da estatal, impulsionado principalmente pelo crescimento do comércio eletrônico internacional.

Com a retração nesse mercado, os Correios perderam uma importante fonte de fôlego financeiro, ao mesmo tempo em que continuaram arcando com custos elevados de operação, manutenção da estrutura nacional e obrigações trabalhistas acumuladas.

O presidente da estatal, Emmanoel Rondon, reconheceu que o cenário é grave e afirmou que a recuperação não será imediata. Segundo ele, o problema gera um efeito em cadeia: a falta de caixa compromete pagamentos a fornecedores, afeta diretamente a operação e reduz a capacidade da empresa de ampliar contratos, investir em modernização e gerar novas receitas.

Para enfrentar a crise e garantir liquidez no curto prazo, os Correios já contrataram cerca de R$ 12 bilhões em empréstimos junto a bancos públicos e privados, com aval da União. Paralelamente, a empresa discute uma possível capitalização adicional que pode chegar a R$ 8 bilhões, embora a direção sustente que esse reforço financeiro ainda não é tratado como medida emergencial.

A dependência de novos empréstimos e eventual aporte do governo amplia a pressão política sobre a estatal e reacende discussões sobre o modelo de gestão da empresa, especialmente diante de sucessivos prejuízos e da dificuldade de recuperação sem apoio direto do Tesouro Nacional.

Como parte do plano de contenção de despesas, os Correios colocaram em prática um Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que já teve adesão de mais de 3 mil funcionários. A expectativa da direção é reduzir significativamente a folha de pagamento e gerar economia bilionária nos próximos anos. Também estão previstas medidas como venda de imóveis sem uso operacional, revisão de contratos e reestruturação administrativa.

Mesmo com essas ações, a situação segue delicada. Este já é o 14º trimestre consecutivo de resultados negativos, um indicativo claro da dificuldade da estatal em retomar o equilíbrio financeiro. A sequência de déficits compromete a capacidade de investimento e enfraquece a competitividade da empresa em um mercado cada vez mais disputado por operadores privados de logística e entrega.

A meta anunciada pela direção é alcançar estabilidade financeira entre 2026 e 2027, mas especialistas avaliam que o caminho será longo e dependerá não apenas de cortes internos, mas também de uma redefinição estratégica do papel dos Correios no mercado e da relação da empresa com o governo federal.

O novo prejuízo bilionário coloca a estatal novamente no centro das discussões econômicas e políticas do país, principalmente diante da necessidade de equilíbrio entre a função social dos Correios e a urgência de sustentabilidade financeira.

Anvisa amplia uso de medicamento e autoriza tirzepatida para jovens com diabetes tipo 2

DIVULGAÇÃO



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o uso da tirzepatida, comercializada como Mounjaro, para o tratamento de diabetes tipo 2 em crianças e adolescentes no Brasil. A decisão permite que o medicamento seja prescrito para pacientes entre 10 e 17 anos, ampliando a indicação que antes era restrita a adultos.

A tirzepatida é um fármaco injetável que atua no controle da glicose no sangue e também influencia o apetite. Com a nova autorização, passa a ser o primeiro medicamento da classe dos agonistas duplos dos receptores GIP e GLP-1 liberado para uso pediátrico no país.

A decisão da agência reguladora foi baseada em estudos clínicos internacionais que avaliaram a eficácia e a segurança do medicamento em jovens com diabetes tipo 2. Os resultados indicaram melhora significativa no controle da glicemia, medida pela hemoglobina glicada, além de efeitos positivos no peso corporal em parte dos pacientes.

Em um dos estudos, adolescentes tratados com a dose mais alta do medicamento apresentaram redução média de mais de 2 pontos percentuais na hemoglobina glicada ao longo de 30 semanas. Também houve redução no índice de massa corporal, indicador utilizado para avaliar o peso em crianças e adolescentes.

Os efeitos adversos observados foram semelhantes aos já registrados em adultos, principalmente sintomas gastrointestinais, como náusea, diarreia e vômito, geralmente leves a moderados e mais comuns no início do tratamento. Não foram registrados casos de hipoglicemia grave nos estudos analisados.

A ampliação do uso ocorre em um cenário de aumento de casos de diabetes tipo 2 entre jovens. No Brasil, estima-se que mais de 200 mil adolescentes convivam com a doença, além de um número ainda maior com pré-diabetes.

Com a nova indicação, médicos passam a ter mais uma opção terapêutica para pacientes que não conseguem controlar a doença apenas com mudanças no estilo de vida ou com medicamentos tradicionais. Ainda assim, o uso deve ser acompanhado por especialistas, já que envolve uma faixa etária em desenvolvimento e exige monitoramento contínuo.

Insegurança e sujeira afastam consumidores do Centro do Recife

DIVULGAÇÃO



A insegurança e a sujeira urbana seguem como os principais problemas que afastam consumidores do comércio de rua no Centro do Recife. A constatação é da Pesquisa de Perfil do Consumidor do Centro do Recife, realizada pelo Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE), em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL Recife), que analisou os hábitos de compra da população e os principais entraves enfrentados pela área central da capital pernambucana.

Segundo o levantamento, 83% dos entrevistados afirmaram que a segurança na região precisa melhorar. A sensação de medo ao circular pelas ruas, especialmente em horários de menor movimento, tem impactado diretamente o fluxo de consumidores e o faturamento dos lojistas. Assaltos, furtos e a falta de policiamento mais ostensivo são apontados como fatores que contribuem para o esvaziamento gradual do comércio tradicional.

Além da insegurança, 63% das pessoas ouvidas também destacaram a sujeira urbana como um problema grave. Acúmulo de lixo, calçadas mal conservadas, falta de manutenção e o aspecto de abandono reforçam a percepção negativa sobre o Centro, prejudicando tanto a experiência de quem compra quanto a imagem da região como polo comercial.

Mesmo com esses desafios, mais de 60% da população ainda prefere fazer compras no Centro do Recife, principalmente por causa dos preços mais baixos e da grande variedade de produtos. A pesquisa aponta que 65,1% dos consumidores escolhem o comércio de rua como primeira opção, enquanto 22% preferem os shoppings centers.

O fator econômico continua sendo decisivo. Em um cenário de redução da renda e maior cautela com os gastos, muitos consumidores buscam no Centro uma alternativa mais acessível para compras do dia a dia. O comércio popular mantém sua força justamente pela oferta de produtos com preços mais competitivos em relação a outras áreas da cidade.

Para comerciantes da região, no entanto, a realidade é preocupante. A empresária Isabel Cristina, proprietária de uma loja de fantasias no bairro de São José, afirma que a insegurança tem sido o principal motivo da queda nas vendas nos últimos anos.

Segundo ela, após a pandemia da Covid-19, houve uma redução expressiva no movimento e no faturamento. Em períodos festivos, como Carnaval, São João, Copa do Mundo e fim de ano, ainda existe uma recuperação pontual, mas fora dessas datas o fluxo de clientes permanece abaixo do esperado.

O presidente da CDL Recife, Fred Leal, defende que a recuperação do Centro passa por investimentos mais fortes em segurança pública, limpeza urbana e infraestrutura. Para ele, o consumidor precisa se sentir seguro e acolhido para voltar a frequentar a região com mais regularidade.

Fred também ressalta que o preço ainda é o principal atrativo do comércio de rua. Mesmo com os problemas estruturais, o Centro permanece como uma referência para milhares de pessoas que dependem dos preços mais baixos e da diversidade de produtos disponíveis.

Entre os itens mais procurados estão os produtos de vestuário, citados por 55,6% dos entrevistados. O ticket médio de compra varia entre R$ 51 e R$ 150. O Pix aparece como principal forma de pagamento, utilizado por 38,1% dos consumidores, seguido pelo cartão de débito, com 28%, e pelo cartão de crédito, com 26,3%.

A pesquisa ouviu 536 moradores da Região Metropolitana do Recife entre os dias 23 e 27 de março e reforça uma realidade conhecida por quem vive o cotidiano da região: o Centro ainda atrai pelo preço e pela tradição comercial, mas perde força diante da insegurança e da sujeira, que se tornaram símbolos de um espaço que pede atenção urgente do poder público.

Prefeita de Olinda é notificada pelo TCE e gestão volta a ser alvo de críticas por falta de transparência



A prefeita de Olinda, Mirella Almeida (PSD), foi oficialmente notificada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) após a ausência de envio de dados obrigatórios referentes ao sistema "Remessa TCEPE – Receitas e Despesas", relativos ao mês de fevereiro de 2026. A ferramenta, implantada em 2024, serve para o monitoramento diário das finanças públicas e para reforçar a transparência na gestão dos recursos públicos. A gestora tem cinco dias úteis para regularizar a situação, sob risco de multa por auto de infração. A notificação foi assinada pelo presidente do TCE, conselheiro Carlos Neves, e publicada oficialmente.

O episódio reacende críticas sobre a condução administrativa da Prefeitura de Olinda e reforça alertas que já vinham sendo feitos por integrantes do movimento #ResisteOlinda, que há meses denunciam problemas de transparência, prestação de contas e falta de respostas institucionais.

O advogado Antônio Campos, líder do movimento #ResisteOlinda, afirmou que a notificação do TCE confirma o que vinha sendo denunciado há bastante tempo.

"Isso apenas comprova que a falta de transparência na gestão de Olinda não é discurso político, mas uma realidade constatada pelos órgãos de controle. O povo de Olinda tem o direito de saber como os recursos públicos estão sendo aplicados. A prefeitura precisa respeitar a transparência e a legalidade", declarou Antônio Campos.

Já o advogado Paulo Sales, também integrante do #ResisteOlinda, destacou que os alertas já haviam sido feitos tanto à Câmara Municipal quanto à população.

"Sempre alertamos a Câmara de Olinda e a população sobre a necessidade de fiscalização rigorosa da gestão municipal. Quando dados obrigatórios deixam de ser enviados ao Tribunal de Contas, isso compromete a transparência e enfraquece o controle social. Não se pode tratar isso como algo menor", afirmou Paulo Sales.

A situação se torna ainda mais delicada porque o ex-prefeito Professor Lupércio, padrinho político de Mirella Almeida, também já foi multado pelo próprio TCE por não enviar informações obrigatórias ao sistema de fiscalização do órgão, demonstrando que o problema pode representar uma prática recorrente dentro da gestão municipal.

Para opositores, o novo episódio reforça a necessidade de maior vigilância sobre os atos da atual administração e amplia o desgaste político da prefeita, que já enfrenta cobranças relacionadas à prestação de contas, contratos públicos e transparência administrativa.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO

Democracia contemporânea

A democracia contemporânea vive uma inflexão histórica marcada pela ascensão da chamada "democracia algorítmica".

Se antes o voto era influenciado predominantemente por fatores tradicionais, hoje os algoritmos desempenham papel central na formação da opinião pública.

Nesse cenário, o futuro do voto já não é uma hipótese distante, mas uma realidade em consolidação.

As campanhas eleitorais passaram a utilizar intensivamente dados, inteligência artificial e estratégias digitais altamente segmentadas.

Isso permite alcançar o eleitor de forma personalizada, mas também amplia riscos à transparência e à igualdade de condições.

A Justiça Eleitoral brasileira, reconhecida mundialmente por sua inovação, enfrenta um novo e complexo desafio.

O país foi pioneiro na informatização do cadastro eleitoral, na adoção da urna eletrônica e no uso da biometria.

Agora, precisa avançar para que o ambiente digital, onde a disputa política se intensifica de maneira difusa e veloz, não descambe para uma terra sem lei.

O fenômeno das fake news surge como uma das maiores ameaças à integridade do processo democrático.

Informações falsas, amplificadas por algoritmos, têm potencial de distorcer a vontade do eleitor.

Além disso, o uso de inteligência artificial nas campanhas exige parâmetros jurídicos claros.

Não se trata de impedir a inovação, mas de garantir que ela ocorra dentro de limites éticos e legais. O equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção da democracia torna-se, portanto, essencial.

Qualquer excesso regulatório pode sufocar o debate público, mas a ausência de regras compromete a lisura eleitoral.

Nesse contexto, fóruns de debate ganham relevância estratégica.

O VI Simpósio de Direito Eleitoral do Nordeste, realizado em João Pessoa, destacou-se como espaço qualificado de reflexão.

O evento reúne juristas, acadêmicos e operadores do direito para discutir os impactos da tecnologia nas eleições.

Temas como marketing digital, desinformação e inteligência artificial foram amplamente debatidos.

Isso demonstra a maturidade do debate jurídico sobre os desafios contemporâneos da democracia.

A democracia algorítmica exige instituições fortes e adaptáveis.

Mais do que nunca, é preciso combinar inovação tecnológica com responsabilidade institucional.

A confiança do eleitor depende da transparência e da segurança do processo eleitoral.

Preservar essa confiança é o maior desafio do nosso tempo. E, ao mesmo tempo, a maior garantia de que a democracia será preservada.



ARTIGO

POR DYOGO BASTOS

JORNALISTA

Um pernambucano recifense na Rocinha: entre becos, morros e reflexões sobre as comunidades do Recife

Sair do Recife e visitar a Rocinha, no Rio de Janeiro, foi mais do que uma simples experiência turística. Foi um mergulho em uma realidade urbana intensa, complexa e profundamente humana, que me fez refletir sobre algo muito próximo da minha própria vivência: as comunidades e periferias da minha cidade.

Como recifense e pernambucano, cresci convivendo com contrastes sociais muito evidentes. Em Recife, bairros nobres e comunidades populares dividem praticamente a mesma paisagem. A desigualdade não está escondida, ela faz parte da rotina, está nos sinais de trânsito, nas pontes, nos morros, nos alagados e nas periferias que resistem diariamente à ausência do poder público.

Mas estar na Rocinha foi diferente. A dimensão impressiona. A maior favela do Brasil não é apenas um conjunto de casas sobrepostas em um morro; ela funciona como uma cidade própria, com comércio intenso, circulação constante de pessoas, regras próprias e uma lógica interna que só quem vive ali compreende plenamente.

Logo na chegada, a sensação foi de impacto. As vielas estreitas, os becos apertados, o som das motos subindo ladeiras íngremes, os vendedores nas esquinas, as crianças brincando e a vida acontecendo em cada metro quadrado mostram que ali existe muito mais do que a narrativa estigmatizada que tantas vezes chega pela televisão.

Uma das imagens que mais me chamou atenção foi justamente o contraste visual entre mundos tão diferentes e tão próximos. Do alto da comunidade, é possível avistar áreas nobres da cidade e perceber como a desigualdade brasileira é quase geograficamente desenhada.

Ali perto está a tradicional Escola Americana do Rio de Janeiro, uma das instituições de ensino mais elitizadas da cidade, com mensalidades que podem ultrapassar os R$ 10 mil. É o tipo de escola frequentada por filhos da elite carioca, empresários, artistas e figuras conhecidas da televisão e da política. Muitos relatam que filhos de atores, apresentadores e empresários tradicionais do Rio estudaram ou estudam ali, reforçando essa imagem de exclusividade.

E o mais impactante é justamente isso: da Rocinha, esse universo de privilégio está logo ali, visível. A distância física é mínima, mas a distância social parece infinita.

Fui guiado por moradores locais, e isso mudou completamente minha percepção. Escutar quem vive a Rocinha diariamente é muito diferente de observar de fora. O discurso não era apenas sobre carência, violência ou dificuldades, mas sobre pertencimento, luta, empreendedorismo e sobrevivência.

Outro aspecto que me marcou foi a questão da infraestrutura básica. Muitos moradores relatam a precariedade no abastecimento de água e no fornecimento de energia elétrica. Em diversas casas, é comum encontrar quatro, cinco ou até mais caixas d'água instaladas nos telhados, justamente porque a comunidade pode passar mais de uma semana sem abastecimento regular.

A água precisa ser armazenada porque a incerteza faz parte da rotina. Quando chega, é preciso guardar o máximo possível. O mesmo acontece com a energia elétrica: quando falta luz, o restabelecimento costuma demorar, aumentando ainda mais as dificuldades do dia a dia.

Uma curiosidade que me chamou muita atenção foi a própria logística da comunidade. Como existe praticamente apenas uma via principal para circulação maior e o restante da Rocinha é formado por becos e vielas extremamente estreitos, muitos deles onde mal passa uma pessoa por vez, minha dúvida imediata foi: como chega um móvel aqui? Como sobe uma geladeira? Como entra um sofá?

A resposta veio dos próprios moradores: com corda.

Eles me explicaram que muitos móveis e eletrodomésticos sobem passando de laje em laje, sendo puxados manualmente com cordas, em um verdadeiro trabalho coletivo e quase artesanal, Geladeiras, armários, camas, tudo pode subir assim, dependendo da localização da casa.

Outra explicação que me surpreendeu foi sobre o mercado imobiliário local. Lá, muitas vezes não se vende exatamente o terreno, mas sim a laje. A possibilidade de construir mais um andar sobre uma casa existente vira patrimônio, investimento e herança. A laje representa expansão, renda e oportunidade de moradia para filhos, parentes ou até aluguel.

Essa lógica mostra como a favela também cria suas próprias formas de organização urbana e econômica, muito diferentes da cidade formal, mas extremamente funcionais dentro daquela realidade.

Essa vivência me fez lembrar imediatamente de várias áreas do Recife, onde também faltam serviços básicos com regularidade. Em comunidades como Brasília Teimosa, Coque, Linha do Tiro, Alto José do Pinho, Ibura e tantas outras, o problema da infraestrutura urbana também pesa sobre quem já convive com tantas outras ausências.

Na Rocinha, também percebi algo que me chamou muita atenção: o turismo social. Muitos visitantes chegam querendo entender aquela realidade, mas é preciso cuidado para que isso não se transforme em uma espécie de espetáculo da pobreza. O respeito é essencial. Não se trata de visitar um cenário, mas de entrar em um território onde existem histórias reais, famílias, dores e sonhos.

Durante o tour, havia orientações claras sobre onde fotografar, onde não registrar imagens e como se comportar. Isso reforça que aquele espaço tem suas próprias regras e merece ser tratado com dignidade. Em nenhum momento senti que estava apenas observando um lugar; senti que estava entrando, ainda que brevemente, na vida de pessoas que carregam diariamente o peso e a força daquele território.

Em muitos momentos, me lembrei das comunidades do Recife. A diferença talvez esteja na geografia e na visibilidade. Enquanto a Rocinha sobe verticalmente entre morros e se impõe visualmente diante de bairros nobres como São Conrado, no Recife muitas comunidades se espalham entre morros da Zona Norte, periferias da Zona Oeste ou áreas de alagados e palafitas que carregam outra forma de exclusão urbana.

Saí da Rocinha com mais perguntas do que respostas. Voltei pensando que, muitas vezes, olhamos para as favelas apenas como problema, quando elas também são potência, cultura, economia e resistência. Falta saneamento, segurança, políticas públicas e presença efetiva do Estado, mas sobra humanidade.

Como pernambucano, a experiência me fez olhar novamente para o Recife com mais atenção. Talvez a Rocinha tenha me ajudado a enxergar melhor as nossas próprias comunidades. Porque, no fundo, as dores se parecem, os desafios dialogam e a luta por dignidade é a mesma.

Ser um recifense na Rocinha foi entender que o Brasil se repete em diferentes sotaques. Mudam os morros, mudam as paisagens, mas permanecem as desigualdades e também a impressionante capacidade de resistência do povo.

E talvez seja justamente aí que mora a maior lição dessa experiência: não olhar para a favela com distância, mas com humanidade. Não como um lugar à margem, mas como parte central da cidade e da própria história do Brasil.

Seleção simplificada em Pernambuco oferece 233 vagas na Saúde e Administração com salários acima de R$ 15 mil

O governo de Pernambuco abriu uma seleção pública simplificada com 233 vagas temporárias voltadas principalmente para as áreas de Saúde e Administração, com salários que podem chegar a R$ 15.458,58, a depender do cargo e da carga horária. A medida busca reforçar setores estratégicos e atender demandas emergenciais da administração estadual, especialmente na área de saúde prisional e assistência especializada.

As oportunidades contemplam profissionais de níveis médio e superior, com destaque para:

* Médico clínico
* Médico psiquiatra
* Médico infectologista
* Psicólogo
* Enfermeiro
* Cirurgião-dentista
* Farmacêutico
* Assistente social
* Bioquímico
* Técnico em enfermagem
* Técnico em saúde bucal
* Gestor de atenção à saúde e educação permanente da saúde prisional
* Gestor administrativo e financeiro
* Gestor de recursos humanos
* Gestor de assistência farmacêutica
* Coordenador institucional de atenção à saúde prisional

Segundo informações divulgadas pelo Diario de Pernambuco e pela Folha de Pernambuco, os salários variam entre R$ 1.621,00 e R$ 15.458,58, com jornadas de trabalho de 30 ou 40 horas semanais, dependendo da função. Os contratos terão caráter temporário, com duração inicial de 12 meses e possibilidade de prorrogação conforme a necessidade da gestão pública.

DIVULGAÇÃO



O processo seletivo será realizado sem prova objetiva, em etapa única de análise curricular, de caráter classificatório e eliminatório. Nesse modelo, são avaliadas a formação acadêmica, a experiência profissional e a qualificação técnica dos candidatos, formato frequentemente utilizado pelo estado para acelerar contratações em áreas essenciais.

As inscrições começaram às 9h desta quinta-feira (23) e seguem abertas até as 16h do dia 11 de maio, exclusivamente pela internet, por meio do site do Instituto AOCP. A taxa de inscrição é de R$ 70, com possibilidade de solicitação de isenção até o dia 28 de abril para candidatos inscritos no CadÚnico que atendam aos critérios previstos no edital.

A maior parte das vagas está concentrada em áreas ligadas à assistência em saúde, gestão hospitalar e apoio técnico, setores que enfrentam alta demanda por reposição e fortalecimento de equipes. A ampliação também atende à necessidade de reforço em unidades da rede pública estadual e no sistema de saúde prisional.

Embora as seleções simplificadas ofereçam resposta mais rápida às demandas urgentes da administração, elas possuem caráter provisório e não substituem concursos públicos, que garantem vínculo efetivo e estabilidade funcional.

Com remunerações que ultrapassam os R$ 15 mil em algumas funções, a expectativa é de grande procura, especialmente diante da alta concorrência por vagas no serviço público e da busca por estabilidade financeira em um cenário econômico ainda desafiador.